PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CREDENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão Universitária / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão Universitária pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão Universitária / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas					INTERVALO				
E-books Audiobooks					INTERVALO				
Atividades/Interação					INTERVALO				
Suporte c/Tutoria					INTERVALO				
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão Universitária / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão Universitária / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão Universitária / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da

capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão Universitária / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. MATERIAIS DIDÁTICOS: Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão Universitária / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO: Os programas de Extensão Universitária / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. SOBRE A

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Preparatório AGU - Procurador

CARGA HORÁRIA: 223 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 28 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 90 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

Através do ensino a distância você poderá fazer o preparatório online de AGU - Procurador, que abrirá novos horizontes profissionais para quem deseja aprofundar seus conhecimentos.
Neste curso online você poderá estudar em casa por um material de qualidade e obter uma melhor colocação profissional em pouco tempo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente

com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;

- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, consequentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Direito do Trabalho no MERCOSUL;
Direito do Trabalho na União Europeia;
Organização Internacional do Trabalho;
Convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho.
Príncipios do Direito Processual do Trabalho
Organização judiciária trabalhista e investidura dos juízes
Jurisdição e competência trabalhista
O Ministério Público do Trabalho
Fontes e autonomia do Direito Processual do Trabalho
Partes e procuradores
Representação processual, litisconsórcio e intervenção de terceiros
Atos, termos e prazos processuais
Anulação de ato processual
Despesas processuais
Dissídio individual
Procedimentos no Processo Trabalhista
Petição inicial e pedido no processo trabalhista
Audiência
Arquivamento e conciliação
Resposta do réu I
Resposta do réu II e revelia
O instituto da prova no processo do trabalho I
O instituto da prova no processo do trabalho II
O instituto da prova no processo do trabalho III
O instituto da prova no processo do trabalho IV
O instituto da prova no processo do trabalho V
O instituto da prova no processo do trabalho VI
O instituto da prova no processo do trabalho VII
O instituto da prova no processo do trabalho VIII
Recursos Trabalhistas I
Recursos Trabalhistas II
Recursos Trabalhistas III
Recursos Trabalhistas IV
Liquidação de sentença trabalhista
Estrutura dos atos de execução
Execução de Sentença
Execução de Sentença
Execução de Sentença
Execução de Sentença
Execução de Sentença
Execução de Sentença
Execução de Sentença
Ação recisória
Recursos de natureza extraordinária I
Recursos de natureza extraordinária II
Recursos de natureza extraordinária III

Recursos de natureza extraordinária IV
Recursos de natureza extraordinária V
Direito Constitucional do Trabalho I
Direito Constitucional do Trabalho II
Elementos Estruturantes da Teoria Geral do Direito do Trabalho I
Princípios do Direito do Trabalho
Reengenharia do Direito do Trabalho
Fontes do Direito do Trabalho
Sujeitos do Contrato Individual de Trabalho I
Sujeitos do Contrato Individual de Trabalho II
Sujeitos do Contrato Individual de Trabalho III
Sujeitos do Contrato Individual de Trabalho IV
Contrato individual do trabalho I
Contrato individual do trabalho II
Elementos do contrato de trabalho I
Elementos do contrato de trabalho II
Alterações do contrato individual de trabalho
Suspensão e interrupção do contrato de trabalho
Extinção do contrato de trabalho I
Extinção do contrato de trabalho II
Extinção do contrato de trabalho III
Extinção do contrato de trabalho IV
Obrigações decorrentes da cessação do contrato de emprego
Principais inovações da Emenda Constitucional 45/04 (30.12.2004)
Ato administrativo
Atividades administrativas ? parte I (serviço público)
Atividades administrativas ? parte II
Teoria geral do processo ? processo administrativo disciplinar
Agentes públicos
Bens públicos
Responsabilidade civil extracontratual do Estado
O controle da legalidade da administração pública
Obrigações em geral e modalidades
Obrigações: transmissão, adimplemento e extinção
Obrigações: extinção e inadimplemento
Obrigações e contratos
Contratos em geral
Contratos em espécie: compra e venda
Contratos em espécie: contrato estimatório, doação e locação
Contratos em espécie: empréstimo, empreitada, depósito e mandato
Contratos em espécie: fiança, transporte e seguro
Direito das coisas: posse e propriedade em geral
Aquisição da propriedade e direitos de vizinhança
Condomínio, propriedade resolúvel , propriedade fiduciária e direitos reais sobre coisa alheia
Usufruto e direitos reais de garantia
Sucessão testamentária e responsabilidade civil
Empresário
Teoria geral das sociedades
Sociedades em espécie
Sociedades em espécie
Títulos de crédito
Recuperação da empresa
Falência
Contratos mercantis
A organização dos poderes ? poder legislativo da União I
A organização dos poderes ? poder legislativo da União II
Imunidades parlamentares
Processo legislativo constitucional ? lei complementar e ordinária

Processo legislativo constitucional das medidas provisórias
Processo legislativo constitucional
Poder executivo
Controle de constitucionalidade de leis e atos normativos
Controle de constitucionalidade ? controle difuso realizado pelo poder judiciário
Controle de constitucionalidade II
Controle de constitucionalidade III
Direito Internacional público
Sujeitos e fontes de Direito Internacional público
Tratados
Direito do estrangeiro
Mercosul e União Européia
Penas e suas aplicações
Sursis, livramento condicional e efeitos da condenação
Abuso de autoridade ? Lei n. 4.898/65
Linhas introdutórias I
Linhas introdutórias II
O inquérito policial I
Inquérito policial II
Ação penal I
Ação penal II
Jurisdição e competencia
Competencia Ratione Loci I
Competencia Ratione Loci II
Tributo e espécies tributárias
A constituição brasileira de 5 de outubro de 1988
Fundamentos da República nas relações internacionais
Direitos fundamentais
Os direitos fundamentais na Constituição Brasileira de 1988
Os direitos fundamentais sociais na constituição brasileira de 1988
Teoria geral dos recursos I - Conceito e Princípios Fundamentais
Teoria geral dos recursos II - Juízo de Admissibilidade e Juizo de Mérito de Recursos
Teoria geral dos recursos III - Efeito dos Recursos
Novo Regime do Agravo I
Novo Regime do Agravo II
Apelação I
Apelação II
Embargos de Declaração
Embargos Infringentes
Embargos de Divergência
Recurso Ordinário Constitucional
Fundamentos e Hipóteses de Cabimento dos Resp e Rext
Juízo de Admissibilidade e de Mérito do Rext e Resp
Prequestionamento no Rext e Resp
Processamento dos Recursos Extraordinário e Especial
Súmulas Vinculantes
Princípios e Hermenêutica das Ações Constitucionais
Mandado de Segurança Individual I
Mandado de Segurança Individual II
Mandado de Injunção
Habeas Data
Direitos Difusos e Coletivos
Ação Popular
Ação Civil Pública I
Ação Civil Pública II
Mandado de Segurança Coletivo I
Mandado de Segurança Coletivo II
Ação de Improbidade Administrativa

Ação Direta de Inconstitucionalidade
Ação Declaratória de Constitucionalidade
Ação Declaratória de Constitucionalidade
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
Processo monitório: ação monitória I
Processo monitório - Ação Monitória II
Ação de Consignação em Pagamento / Ação de Prestação de Contas
Ações Possessórias I
Ações Possessórias II
Ações de Desapropriação I
Ações de Desapropriação II
Embargos de Terceiro
Procedimentos Especiais da Lei de Inquilinato: Ação de Despejo
Ação de Usucapião I
Ação de Usucapião II
Petição inicial I
Petição inicial II
Atitudes do réu I
Atitudes do réu II
Atitudes do réu III
Partes e procuradores
Litisconsórcio I
Litisconsórcio II
Intervenção de terceiros I
Intervenção de terceiros II
Intervenção de terceiros III
Intervenção de terceiros IV
Intervenção de terceiros V
Formação, suspensão e julgamento do processo
Audiência Preliminar e Audiência de Instrução
O instituto da prova no processo civil I
O instituto da prova no processo civil II
O instituto da prova no processo civil III
O instituto da prova no processo civil IV
O instituto da prova no processo civil V
O instituto da prova no processo civil VI
O instituto da prova no processo civil VII
O instituto da prova no processo civil VIII
Sentença I
Sentença II
Coisa julgada I
Coisa julgada II
Coisa julgada Inconstitucional
Ação rescisória I
Ação rescisória II
Jurisdição
Tutela Jurisdicional Objetivada I
Tutela Jurisdicional Objetivada II
Competência
Ação: Elementos e Condições
Ação e suas Condições
Defesa e Exceção
Processo
Atos, Termos e Prazos Processuais
Vícios e Nulidades do Ato Processual
Introdução à tutela de urgência
Tutela cautelar
Processo cautelar

Antecipação de tutela: generalidades
Antecipação de tutela: espécies e requisitos de concessão
Antecipação de tutela: efetivação e peculiaridades
Tutela cautelar versus tutela antecipada
Poder geral de cautela
Provimentos antecipatórios em espécie
Competência no processo cautelar
Cessação, modificação e revogação da medida cautelar
Sentença e coisa julgada no processo cautelar
Responsabilidade objetiva nas tutelas de urgência
Ações cautelares específicas I
Ações cautelares específicas II
Ações cautelares especificas III
Tutela específica
Liminares contra o Poder Público
Tutela jurisdicional executiva
Títulos executivos judiciais
Títulos executivos extrajudiciais
Execução para pagamento de quantia certa I
Execução para pagamento de quantia certa II
Execução para pagamento de quantia certa III
Execução para pagamento de quantia certa IV
Execução para pagamento de quantia certa V
Defesa na execução - noções gerais
Defesa na execução
Defesa incidental - embargos
Defesa endoprocessual - exceção de pré-executividade
Defesa endoprocessual - impugnação
Defesa heterotópica
Liqüidação I
Liqüidação II
Cumprimento da sentença I
Cumprimento da sentença II
Cumprimento da sentença III e execução contra a Fazenda Pública
Execução fiscal
Execução para entrega de coisa certa ou incerta
Execução para cumprimento de obrigação de fazer e de não fazer
Execução de alimentos
O Direito Empresarial no Contexto da Gestão
Introdução à jornada de trabalho
Jornada ordinária
Jornada extraordinária -prorrogação da jornada e horas extras
Compensação de jornada
Jornada noturna e obrigatoriedade do registro
Períodos de repouso
Férias anuais remuneradas
Sistema Financeiro Nacional I
Sistema Financeiro Nacional II
Finanças Públicas: de que se trata?
Normas Gerais de Direito Financeiro
Principais Instrumentos da Política Fiscal
Direitos Humanos: considerações gerais
Os Sistemas Global e Americano de Proteção dos Direitos Humanos - Parte 1
Os Sistemas Global e Americano de Proteção dos Direitos Humanos - Parte 2
Direitos Humanos no Brasil
Juizado Especial Criminal - Lei 9.099/1995 e Lei 10.259/2001
O preço de transferência nas importações (transfer pricing)
O preço de transferência nas exportações (transfer pricing)

Tratados internacionais
Crimes contra a fé pública - Parte 1
Crimes contra a fé pública - Parte 2
Teoria Constitucional: princípios fundamentais
Direitos e garantias fundamentais
Poder Legislativo, Processo Legistavo e Poder Executivo
Tópicos de Direito Internacional
Crimes contra a Administração Pública - Parte 1
Crimes contra a Administração Pública - Parte 2
Controle de Constitucionalidade
Direito Internacional do Trabalho. Organização Internacional do Trabalho: organização e normas.
Crimes contra a ordem tributária e sonegação fiscal I
Crimes contra a ordem tributária e sonegação fiscal II
Crimes contra o Sistema Financeiro: gestão fraudulenta e gestão temerária
Crimes contra o Sistema Financeiro: evasão de divisas
Crimes contra a ordem tributária e sonegação fiscal III
Fontes do Direito Internacional I
Fontes do Direito Internacional II
Sujeitos do Direito Internacional
Organizações internacionais
Organizações internacionais: Organização das Nações Unidas (ONU)
Processos de integração regional
Imunidades de jurisdição
Condição jurídica do estrangeiro
Responsabilidade internacional
Meios de solução de controvérsias e uso da força
Organização do Estado e da Administração Pública
Modelos teóricos de Administração Pública
Convênio, contrato de repasse e termo de cooperação
Políticas Comerciais
Organização Mundial do Comércio - Parte 1
Organização Mundial do Comércio - Parte 2
Acordos Regionais
Mercosul
Sistemas Preferenciais
Instituições Intervenientes no Comércio Exterior Brasileiro
Classificação Aduaneira
Contratos Internacionais
Incoterms
Crimes contra o Sistema Financeiro: Informação Privilegida e Crime de Lavagem de Dinheiro
Controle da Administração Pública
Gestão de Contratos
Introdução à Contabilidade Tributária
IRPJ: Sistemáticas de tributação
IRPJ: Sistemática do lucro real
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
IRPJ e CSLL: Normas Contábeis Tributárias
Contribuições Sociais: PIS e Cofins
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)
ICMS e ISSQN
Simples Nacional e Contribuições Previdenciárias
Planejamento Tributário
Noções de Administração Pública
Orçamento Público
A Contabilidade aplicada ao Setor Público
Estudo da receita e despesa pública
Sistemas de escrituração e os demonstrativos contábeis aplicados ao Setor Público
Segurados da Previdência Social, Empresa e Empregador Doméstico

Financiamento da Seguridade Social
Seguridade Social: salário de contribuição e contribuições, obrigações, decadência e crimes
Plano de benefícios da Previdência Social II
Noções de Direito Administrativo
Teoria do órgão, classificação e poderes do Estado
Princípios constitucionais referentes à Administração Pública
Princípios constitucionais da Administração Pública
Poderes administrativos
Noções de centralização, descentralização e desconcentração administrativa
Deveres e poderes administrativos
Seguridade Social
Seguridade Social: princípios constitucionais
Plano de Benefícios da Previdência Social I
Plano de Benefícios da Previdência Social III
Plano de Benefícios da Previdência Social IV
Plano de Benefícios da Previdência Social V
Orçamento Público
O Conceito de Orçamento Público
Noções de Estado, Governo e Administração Pública
Responsabilidade Civil da Administração Pública
Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União: Lei 8.112/90
Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União: Lei 8.112/90 - II
Conceitos da Constituição
Retenção e Responsabilidade Solidária
Licitação
Ética do Servidor Público: Decreto 1.171/94
Administração Pública
Princípios Orçamentários
Créditos Adicionais: Lei 4.320/64, arts. 40 ao 46
Estado de sítio
Direito Constitucional
Direitos e Deveres Individuais e Coletivos I
Análise das bancas examinadoras
Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União: Lei 8.112/90 - III
Lei 8.429/92: Improbidade Administrativa
Tribunal de Contas da União
Direitos e deveres individuais e coletivos II
Direitos e deveres individuais e coletivos III
Dos Direitos Sociais
Da nacionalidade, dos direitos políticos e dos partidos políticos
Da organização do Estado
Da organização dos poderes: do Poder Legislativo
Poder Executivo, Poder Judiciário e Funções Essenciais da Justiça
Legislação do Direito Orçamentário Brasileiro
Ciclo Orçamentário
Dicas de estudo para concursos públicos
Crimes contra o Patrimônio I
Crimes contra o Patrimônio II
Crimes contra o Patrimônio III
Crimes contra o Patrimônio IV
Receita Pública
Direito Penal
Lei Penal no Tempo
Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro
Conflito de lei no espaço e preenchimento de lacunas jurídicas
Despesa Pública
Tópicos Especiais de Despesa Pública
Lei de Responsabilidade Fiscal

Lugar do crime, relação de casualidade e relevância da omissão
Crime consumado, crime tentado, desistência voluntária e arrependimento eficaz
Crime impossível, crime doloso e crime culposo
Do crime preterdoloso, erro sobre elementos do tipo e erro de proibição
Exclusão de ilicitude
Imputabilidade Penal
Concurso de pessoas
Exercícios de fixação
Pessoa natural
Pessoa jurídica
Bens
Atos, fatos e negócios jurídicos
Defeitos nos negócios jurídicos
Nulidades dos negócios jurídicos, prescrição e decadência
Ato ilícito e provas
Licitações
Parcerias Público-privadas na Lei 11.079/2004
Conceitos, esboço histórico e perspectiva econômica
Caracterização da falência, legitimidade ativa e passiva
Aspectos procedimentais da falência - Parte I
Aspectos procedimentais da falência - Parte II
Aspectos procedimentais da falência - Parte III
Atividade empresarial: aspectos teóricos e práticos
Atividade empresarial: efeitos da falência quanto aos bens do falido e quanto às pessoas e aos bens dos sócios e administradores - Parte I
Atividade empresarial: efeitos da falência ao falido, seus sócios e administradores - Parte II
Administração da falência - Parte I
Administração da falência - Parte II
Os contratos na Lei de Falências
Os contratos na Lei de Falências: contratos em espécie - Parte I
Os contratos na Lei de Falências: contratos em espécie - Parte II
Ineficácia e irrevogabilidade dos atos
Das medidas aplicáveis: declaração de ineficácia e ação revocatória
Negócios Jurídicos
Introdução ao Direito Tributário
Sistema Constitucional e Princípios do Direito Tributário
Imunidades Tributárias
Impostos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios
Legislação Tributária
Obrigação Tributária
Responsabilidade Tributária
Crédito Tributário: Lançamento e Suspensão da Exigibilidade
Extinção e Exclusão do Crédito Tributário
Garantias e Privilégios do Crédito Tributário e Administração Tributária.
Remédios Constitucionais
Direito do Trabalho
Relações de Emprego e Trabalho I
Relações de Emprego e Trabalho II
Contrato Individual de Trabalho
Extinção do Contrato de Trabalho I
Extinção do Contrato de Trabalho II
Férias, Aviso Prévio e FGTS
Jornada de Trabalho, Flexibilização e Terceirização
Dicas para concursos públicos